

EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: BREVES APONTAMENTOS PARA A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

CARLA LIANE NASCIMENTO DOS SANTOS

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, Bahia, Brasil

ELIECILDA DA CONCEIÇÃO SOUZA

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, Bahia, Brasil

RESUMO: O presente artigo apresenta resultados de uma pesquisa¹ realizada no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), entre os anos de 2022 e 2023, na cidade de Salvador-Ba. O objetivo da investigação-ação colaborativa, tecida com os sujeitos praticantes do cotidiano escolar da Rede Municipal de Educação (RME), foi descrever o papel estratégico da Coordenação Pedagógica na articulação de práticas educativas antirracistas pautadas na pluriversidade, dialogicidade e transversalidade, como compromisso ético-político de corresponsabilização e engajamento de uma comunidade escolar. Para tanto, esse estudo revela, a partir de uma abordagem qualitativa e da utilização de dispositivos como a pesquisa bibliográfica, documental e de diálogos formativos, possibilidades e apontamentos de intervenção pedagógica para coordenadores e coordenadoras pedagógicos (as), visando a implementação da Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08 nos espaços/tempos formais de aprendizagens no campo da Educação Básica.

PALAVRAS-CHAVE: Coordenação Pedagógica. Educação para Relações Étnico-Raciais. Lei 10.639/2003/ Lei 11.645/08.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz uma reflexão acerca da Educação para as Relações Étnico-Raciais na educação básica, tendo por foco principal o lugar da Coordenação Pedagógica na mediação do processo de ensino-aprendizagem. Para além da questão política de implementação da Lei nº 10.639/2003, visa centralizar a discussão do campo de estudos das relações étnico-raciais enquanto meio imperativo da própria realidade soteropolitana, considerando que 83% dos/as estudantes da Rede Municipal de Salvador-Ba são declarados/as negros e negras, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação (SMED, 2023).

Um dos sentidos da educação é favorecer o crescimento das pessoas, seja na construção das identidades ou no despertar do potencial e da criatividade de cada um/a no seu processo de desenvolvimento sócio-histórico, cultural e cognitivo. Logo, o destaque para a educação das Relações Étnico-Raciais em uma escola na cidade de Salvador, majoritariamente negra, revela a importância de tornar visível a existência de sujeitos praticantes em seus contextos reais, possibilitando o reconhecimento dos (as) estudantes na construção de uma identidade racial positiva.

De acordo com Munanga (2005), muitos profissionais não receberam, na sua trajetória formativa, o necessário preparo para lidar com o desafio da problemática da convivência com a diversidade e com as manifestações de preconceito e de discriminação racial latentes nos distintos espaços sociais. Tal falta de preparo se deve em razão da prevalência de ideologias dominantes, como o eurocentrismo, o colonialismo e o mito da democracia racial.

Dessa forma, observa-se que muitos profissionais da educação se baseiam em instrumentos de trabalho como livros, outros materiais didáticos visuais e audiovisuais que carregam conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental. Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar. No entanto, alguns professores por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão de situações flagrantes de discriminação no espaço escolar ou na sala de aula como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional (Munanga, 2005, p. 15).

Com isso, entende-se que a inserção das discussões e dos conteúdos referentes ao cumprimento da Lei nº 10.639/2003 e da Lei 11.645/08 no cotidiano das escolas demanda um processo formativo que, muitas vezes, passa pela desconstrução, desterritorialização, reconstrução e reterritorialização na direção de proposições e ações que favoreçam a sua efetividade. Nesse contexto, o(a) coordenador(a) pedagógico(a) da Rede Municipal de Salvador se apresenta como um(a) profissional fundamental para garantir a articulação e efetividade das ações educativas.

Logo, propõe-se refletir sobre o papel da Coordenação Pedagógica na implementação de uma prática educativa afirmativa voltada para uma educação antirracista, apontando caminhos possíveis para a interlocução desse (a) profissional com os demais sujeitos praticantes que compõem o cotidiano escolar. Nesse trabalho, serão abordados alguns elementos específicos do fazer profissional do(a) coordenador(a) pedagógico(a) no trato da questão étnico-racial na Rede Municipal de Educação, no Município de Salvador-Ba.

A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA REDE MUNICIPAL DE SALVADOR

Considera-se importante apresentar um histórico da Coordenação Pedagógica dentro da Rede Municipal de Salvador, por ser esse o lócus do presente estudo.

Dentre os/as diversos/as profissionais que compõem os cotidianos escolares², encontram-se a coordenadora e o coordenador pedagógicos, profissionais que, de acordo com o que determina o 2º parágrafo da Lei Complementar Nº 36/2004 do Servidor do Magistério Público da Cidade de Salvador-Ba, tem como atribuições: o planejamento, a organização, o acompanhamento e a avaliação das atividades pedagógicas.

Ao longo do processo histórico da educação em nosso país, várias foram as nomenclaturas atribuídas a esse profissional: supervisores, orientadores,

SANTOS, C. L. N. dos, SOUZA, E. da C.

administradores educacionais. Contudo, a atuação dava-se de maneira isolada e individualizada, gerando desarticulação da comunidade, uma vez que cada profissional cuidava somente de seu setor.

No caso do Município de Salvador-Ba, quando da criação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, por meio da Lei nº 912, de 04 de março de 1959, o profissional que cuidava da área pedagógica era chamado de Inspetor/a de Ensino. No documento intitulado Coordenador Pedagógico: caminhos, desafios e aprendizagens (2012), consta que o pedagogo, nessa função, era:

[...] contratado com objetivo de fiscalizar os processos pedagógicos na escola, com foco em questões disciplinares e voltado para monitorar o aproveitamento dos alunos em relação ao desempenho nos processos avaliativos e a atuação do professor como transmissor de conhecimentos (Salvador, 2012, p. 11).

Essa visão de inspeção e fiscalização vem sendo superada, já que, atualmente, a Secretaria Municipal de Educação conta com profissionais que têm o papel de serem mediadores das ações educativas, articuladores e formadores de uma cultura que entende a escola como um espaço de promoção da aprendizagem e cidadania de todos e todas (Salvador, 2012).

Nesse mesmo documento citado acima, constam as atribuições desses profissionais:

Coordenar, apoiar e acompanhar o planejamento e a execução das ações pedagógicas na escola, propiciando sua efetividade; Organizar diferentes espaços e estratégias de formação continuada com vistas à instauração de um ambiente reflexivo na escola; Coordenar e acompanhar as Reuniões Pedagógicas, promovendo oportunidades de discussão e proposição de inovações pedagógicas, assim como apoio à produção de materiais didático-pedagógicos, na perspectiva de uma efetiva formação continuada; Acompanhar e avaliar os processos de ensino e de aprendizagem e contribuir na busca de soluções para os problemas identificados; Acompanhar as aprendizagens dos alunos, através de registros por bimestre, apoiando os docentes na criação de propostas diferenciadas aos que tiveram desempenho insuficiente; Gerenciar o tempo pedagógico, com vistas à promoção da aprendizagem dos alunos; Elaborar plano de ação do coordenador, estabelecendo metas a serem atingidas em função das demandas pedagógicas; Coordenar, juntamente com a direção, a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, responsabilizando-se pela sua socialização e execução na comunidade escolar, articulando esse processo de forma participativa e cooperativa; Contribuir para um ambiente favorável à aprendizagem e ao ensino que favoreça a criação de vínculos de respeito e de trocas no trabalho educativo, a partir do entrosamento entre os membros da comunidade escolar e Promover, juntamente com a direção, a articulação e estabelecimento de parcerias entre escola, família e comunidade (Salvador, 2012, p. 32).

No ano de 2004, por meio do Edital N°01/2004, foi realizado o primeiro concurso público no município para provimento de 432 vagas para o Cargo de Coordenador (a) Pedagógico (a). Das atribuições desse (a) profissional, constava “executar, no âmbito do sistema de ensino ou na escola, a supervisão do processo didático em seu tríptico aspecto de planejamento, controle e avaliação, bem como participar da elaboração da proposta pedagógica da escola” (Salvador, 2004, p. 01).

Destacamos que a inserção dos conteúdos referentes ao cumprimento da Lei nº 10.639/2003, bem como da Lei nº 11.645/08 no cotidiano das escolas, requer um processo de formação inicial e continuada de profissionais da educação, abrangendo desde a desconstrução de preconceitos arraigados contra a população negra, à proposição de ações que favoreçam a valorização e afirmação da identidade étnico-racial. Nesse contexto, a coordenadora ou o coordenador pedagógico da Rede Municipal de Salvador se constitui enquanto um(a) profissional estratégico(a) para garantir a articulação dos sujeitos praticantes da comunidade escolar, pensando na efetividade das ações educativas de cunho reparatório e afirmativo, uma vez que tem a responsabilidade, junto à gestão escolar, de colaborar para o desenvolvimento de um ambiente diverso na execução de políticas propícias/adequadas para esse cenário, plural como campo favorável para que os processos de ensino e aprendizagem sejam definidores de cidadanias ativas.

Reitera-se que os documentos orientadores propõem que a função primordial do/a coordenador/a pedagógico/a é favorecer a formação continuada em serviço, subsidiando professoras e professores, refletindo sobre as ações e decisões pedagógicas da unidade escolar. Essa função é extremamente complexa, pois o processo reflexivo tem por objetivo fortalecer os/as profissionais e favorecer a tomada de consciência dos professores e professoras, além de promover um fio condutor entre os processos de ensino e aprendizagem.

Quando se trata de determinados aspectos, como a educação para as relações étnico-raciais, faz-se necessário que o/a coordenador/a pedagógico/a seja o/a primeiro/a a obter uma formação continuada que viabilize o engajamento, garantindo a centralidade desse campo de conhecimento nas relações sociais e pedagógicas da comunidade escolar, principalmente na cidade de Salvador-Ba, onde a maioria dos/ das estudantes são negros/as.

Diante desse cenário, indaga-se: como provocar, suscitar a conscientização dos professores e professoras se a liderança de um processo formativo não considera o campo de conhecimento de estudos étnico-raciais como central? Como propiciar encontros formativos diante das inúmeras demandas de orientação, do acompanhamento das aprendizagens, atendimento às famílias, da execução de programas e projetos urgentes, que, muitas vezes, fazem com que o/a coordenador/a pedagógico/a atue como uma espécie de “tapa buraco”? Como promover ações formativas e afirmativas, de alinhamento das opções pedagógicas da unidade escolar sem a garantia de espaços coletivos de discussão? A partir de tais questões, percebe-se que são inúmeros os desafios e que não há fórmulas prontas.

Logo, cabe à coordenadora/ao coordenador pedagógico colaborar com um processo de conscientização coletiva, pois, para além de executar a implementação dos

SANTOS, C. L. N. dos, SOUZA, E. da C.

diversos programas e projetos que são demandados, precisa essencialmente exercer as funções de mediação, articulação e formação que ocorrem a partir de um compromisso ético-político com a equidade e justiça social, e de uma condução profissional ética, política, amorosa, respeitosa e sensível com seus pares e, principalmente, com uma escuta atenta aos estudantes.

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A discussão das Relações Étnico-Raciais é fruto de um longo processo de debates, reflexões e conquistas dos movimentos negros organizados do Brasil, sendo institucionalizada a partir da promulgação da Lei 10.639/2003, que determinou como obrigatoriedade, nas escolas de educação básica,

[...] o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (Brasil, 2003).

Vale ressaltar que a Lei nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação foi alterada pela lei nº 10.639/2003, posteriormente modificada pela Lei nº 11.645/2008, que determinou a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena nos currículos das escolas públicas e particulares do país.

A fim de criar parâmetros e condições de aplicabilidade a partir da Lei nº 10.639/2003, no ano de 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer nº 03/2004, propondo as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras.

No âmbito Municipal, foram instituídas no ano de 2005, de forma pioneira, as Diretrizes Curriculares para a Inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Sistema de Ensino de Salvador-Ba.

Além dos aspectos curriculares que devem ser abordados na escola, percebe-se nas práticas profissionais de coordenadoras (es) pedagógicas(os) e demais trabalhadores(as) da educação que lidam com as questões étnico-raciais, a necessidade de promover práticas pedagógicas que estejam para além das exigências curriculares, dando centralidade à valorização da identidade dos(as) sujeitos(as) estudantes no seu percurso formativo e demais agentes das comunidades escolares contemporâneas. Tal processo perpassa por dimensões como formação histórico-crítica, autoconhecimento, autoagenciamento, autoanálise, autocura e autoafirmação, reconhecendo as "dores e delícias" de ser negro e negra nesse país, se predispondo, sobretudo, a colaborar com o processo de pertencimento étnico-racial dos(as) estudantes negros(as) que, nesse caso, são maioria na Rede Municipal de Educação de Salvador. Por isso, destaca-se que trabalhar com os estudos sobre questões étnico-raciais no cotidiano das escolas exige dos profissionais da educação um olhar para além dos conteúdos escolares, conforme afirma Carmo (2017, p. 23):

[...] A questão étnico-racial perpassa a necessidade da compreensão histórica, da compreensão da formação do povo brasileiro bem

como de suas raízes em África e dos povos da terra, os indígenas. Uma compreensão de mundo que vai além dos conteúdos escolares e dos livros. Uma compreensão de si...”.

Nesse contexto, refletir sobre a atuação e as responsabilidades dos(as) profissionais da educação, com destaque para os(as) coordenadores(as) pedagógicos(as) na implementação das políticas públicas de educação das relações étnico-raciais, é tarefa importante, já que esses(as) são os(as) construtores(as) e articuladores(as) de ações educativas que devem alterar a realidade de subalternização da população negra nas escolas em direção às políticas afirmativas positivas e reparatórias.

IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DOS/DAS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE SALVADOR

Desenvolver ações educativas pautadas na Educação para as Relações Étnico-Raciais requer do (a) coordenador (a) pedagógico(a) compromisso, sensibilidade e entendimento de que a prática educativa exige respeito e identificação profundos com os estudantes negros e as estudantes negras da cidade de Salvador. Para tanto, torna-se necessário situar a identidade étnico-racial desses/as sujeitos/as no centro do processo educativo, o que significa orientar os(as) trabalhadores(as) da educação a repensar o planejamento, os atendimentos, os cartazes e desenhos que decoram o ambiente escolar; significa, ainda, repensar o porquê/quais conteúdos/aprendizagens/subjetividades devem ser selecionados e privilegiados, considerando o que afirma Silva (2021, p.16): “selecionar... privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder”.

No caso do Município de Salvador-Ba, a Rede Municipal de Educação possui a predominância de estudantes negros e negras matriculados/as nas unidades escolares. A partir da base de dados da SMED para o ano de 2023, verificou-se que, do total de 115.846 matriculados (Tabela 1), 96.153 estudantes, ou seja, 83% dos/as estudantes, são declarados/as negros e negras. Vale ressaltar que, no ato da matrícula, uma das informações solicitadas diz respeito ao quesito raça-cor, ou seja, as pessoas responsáveis por matricular as crianças precisam responder, de acordo com as categorias instituídas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, se o/a estudante é: amarelo, branco, preto, pardo e indígena. Através da análise dos dados fornecidos, pode-se afirmar que a educação municipal de Salvador atende majoritariamente aos estudantes negros e negras.

Figura 1 – Dados de matrícula³

Matrícula / Cor/Raça							
Cor / Raça	Educação Infantil		Ensino Fundamental				Total
	Creche	Pré Escola	Regular		EJA		
			Ens I	Ens II	SEJA I	SEJA II	
AMARELO	32	117	431	134	9	8	731
BRANCO	221	984	4.181	1.618	54	138	7.196
INDIGENA	6	12	97	44	6	7	172
NÃO DECLARADO	126	804	7.565	2.239	497	363	11.594
PARDO	1.515	7.603	40.658	16.436	1.313	1.875	69.400
PRETO	837	3.377	15.343	5.444	709	1.043	26.753
Total Alunos:	2.737	12.897	68.275	25.915	2.588	3.434	115.846

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2023).

Com exceção do público estudantil da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que, no ato da matrícula, faz a autodeclaração do quesito raça/cor, os(as) demais estudantes são declarados por terceiros, ou seja, cabe à mãe, ao pai ou responsável responderem ao quesito raça/cor, ocorrendo, nesse caso, a heteroclassificação. De partida, já é constatado um tema interessantíssimo de trabalho com os/as estudantes, no ambiente escolar, relacionado à construção da identidade étnico-racial na infância a partir da autodeclaração, observando como as crianças se veem, como se declaram, como se reconhecem. Logo, os(as) coordenadores(as) pedagógicos(as) podem discutir e orientar os(as) professores(as) a trabalharem, no planejamento das unidades didáticas, as temáticas da autoclassificação (como eu me vejo) e das classificações sociais (como a sociedade me vê) entre as crianças como uma ação necessária, parte da construção da própria identidade.

Teodoro (2023), ao prefaciar o livro intitulado *Infâncias Negras: Vivências e lutas por uma vida justa*, de Gomes e Araújo (2023), enfatiza que:

as pesquisas sobre relações raciais e infância é parte constitutiva do amplo debate sobre relações raciais no Brasil, já que desde as primeiras desenvolvidas na década de 1950 até as mais atuais, há evidências de modos de socialização de crianças, articulados ao preconceito, à discriminação, às desigualdades e ao pertencimento étnico-racial (Gomes e Araújo, 2023, p. 8).

Ainda para Teodoro (2023), é no campo de estudos da Educação Básica que a problemática ganha relevância, sobretudo a partir da década de 1990 no Brasil, quando as pesquisas sobre Educação Infantil (a qual atende à faixa etária de 0 a 5 anos) passam a indicar que crianças pobres e negras são mais frequentemente retidas no ensino pré-escolar, principalmente as residentes nas regiões Norte e Nordeste e que frequentam espaços de Educação Infantil de pior qualidade.

A autora supracitada segue enfatizando os resultados de outros estudos, os quais indicam que as discriminações sofridas por crianças negras se configuram por xingamentos pelos/as colegas, rejeição por parte dos/as docentes que não reconhecem

seus méritos, lhes atribuindo tratamentos diferenciados, além de silenciarem diante de situações de preconceito e discriminação sofridos por crianças negras.

De acordo com a Resolução N 05 de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, nos seus Artº 4 e Artº 8 e incisos IX e X:

Artº 4 -As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Artº 8 A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

IX - o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;

X: a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes (Brasil, 2009)

Analisando os dados da matrícula dos/as estudantes da Rede Municipal em 2023, verificamos que cerca de 10% constam como não declarados, ou seja, não declararam a sua raça/cor. Esse dado revela mais um eixo a ser articulado pelo(a) coordenador(a) pedagógico(a), qual seja: a necessidade de discutir a questão étnico-racial com as famílias e com os/as profissionais responsáveis por realizar a matrícula, para que compreendam a importância de tal identificação desde a infância, no intento da formulação de políticas públicas de combate ao racismo e às demais formas de violências.

Cada vez mais estudos evidenciam que, desde muito cedo, por volta de 3 a 5 anos de idade, elementos da diferença e da identidade racial emergem nas vidas das crianças, sobretudo das crianças negras. Ao perceber tais elementos, as crianças já interpretam, hierarquizam sua identidade como superior ou inferior, muitas vezes desejando mudar seu tom de pele e seu tipo de cabelo, visando perseguir um ideal hegemônico de beleza e humanidade (Teodoro, 2023).

Segundo Santos, Marta Alencar (2024, p 166),

[...] olhar as crianças e suas infâncias, considerando seu pertencimento racial, de gênero, sexualidades, territorialidades e visibilizar a dimensão experiencial dessa população, muitas vezes ignorada ou mesmo secundarizada, se torna uma oportunidade para conhecer e reconhecer a realidade concreta das crianças. É um movimento crucial

para fissurar as colonialidades e instaurar novos paradigmas relacionados às crianças e suas infâncias.

A Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, em parceria com a UNICEF, lançou recentemente dados da pesquisa sobre as desigualdades na garantia de direito à pré-escola, na qual evidencia-se que as crianças pretas e pobres das regiões Norte e Nordeste encontram-se em maior situação de vulnerabilidade, ocasionando desigualdades no acesso à educação infantil. Portanto, são as crianças pretas e pobres que apresentam menor acesso à primeira etapa da vida escolar, tendo, portanto, menos acesso aos estímulos, interações, oportunidades, o que impacta na progressão da vida escolar (Unicef, FMCSV; Undime, 2022).

Ainda segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a cidade de Salvador-Ba possui mais de 80% de sua população formada por pessoas negras (SEI, 2023). Considerando tais indicadores, destaca-se a necessidade de uma educação voltada à promoção dos direitos humanos e à multiculturalidade, constituída por práticas que respeitem, reconheçam, visibilizem e valorizem as identidades étnico-raciais das crianças negras, valorizando a negritude como dimensão potencial de pertencimento.

Garantir uma formação cidadã é papel da escola, e para essa construção ser efetivada, faz-se necessário garantir que as pessoas negras, nas distintas etapas da vida, saiam da invisibilidade e possam ter sua identidade e autoestima como pilares do processo educativo. É preciso apostar na capacidade humana que se tem para “acender o Sol” das crianças, dos jovens e adultos/as negros/as, na real possibilidade de apresentar às crianças, aos jovens e adultos/as negros/as de cidades como Salvador-Ba, a sua história, cultura, o seu conhecimento e suas tecnologias ancestrais, para que se afirmem a partir de um lugar de potência, e não de subalternização e estigmatização.

Cabe destacar que, ao se falar de “acender o Sol”, refere-se à crença de que os(as) estudantes são capazes, valorizando-os/as em suas conquistas e desafiando-os/as a irem cada vez mais longe, considerando a beleza e a energia vital que carregam. Portanto, essas crianças, esses jovens e adultos/as negros/as precisam acreditar que podem brilhar sendo eles mesmos, reconhecendo o quanto são criativos, valorizando a própria existência, as práticas e a produção cultural, assim como as dos demais.

No exercício da função da coordenação pedagógica, os desafios são constantes, por isso torna-se tão importante o mergulho no cotidiano que compõe o “chão” e o corpo pulsante das escolas. Nesta seção, serão apresentados resultados da pesquisa-ação colaborativa⁴ realizada a partir da observação participante e de diálogos formativos consolidados com a Coordenação Pedagógica, os professores e os/as estudantes pertencentes à comunidade escolar da Escola Municipal do Calafate, lócus do estudo, localizada na periferia urbana do Município de Salvador-Ba, no bairro da Fazenda Grande do Retiro.

Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 (IBGE, 2010), a Fazenda Grande do Retiro é o quinto bairro com a maior população de negros em Salvador, com 86,38% (46.478 habitantes) dos seus habitantes, sendo listado como um dos bairros mais perigosos da cidade.

A Escola Municipal do Calafate foi fundada em 18 de janeiro de 2012 o nome da escola homenageia a rua de mesmo nome que, segundo relatos dos moradores antigos, diz respeito ao ofício de calafateiro, exercido há anos, por um profissional que atuava no conserto de barcos. A escola atendia, em 2022, 252 estudantes, distribuídos/as em 12

turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais. Ocupa um prédio alugado, possui uma estrutura precária, com salas de aula pequenas e pouco arejadas; não há quadra esportiva, e o refeitório das crianças, até bem pouco tempo, era disputado também por pombos. Uma das salas foi adaptada para ser sala de vídeo e biblioteca, contando com uma televisão e um acervo de livros de literatura. Contudo, apesar das dificuldades estruturais relatadas, vale ressaltar o grande compromisso e a ética dos/as profissionais em cumprir a ação fundamental de manter uma educação de qualidade para todos/as os/as estudantes.

A escola possuía um quadro de pessoal composto por 01 diretora, 01 vice-diretora, 01 secretária escolar, 01 coordenador pedagógico, 16 professoras, além do pessoal de apoio e administrativo. A unidade escolar apresenta, segundo a gestora, uma rotatividade no quadro de professoras, as quais permanecem na unidade escolar por pouco tempo, devido a diversos fatores. No ano de 2022, a escola estava com o quadro de professores incompleto, impactando diretamente no funcionamento da unidade, da organização da Atividade Complementar - AC, bem como nos horários das aulas. Apesar da falta de professor/a, a escola não mediu esforços para minimizar os prejuízos, realizando o remanejamento de professores/as e o revezamento da gestão e coordenação na sala de aula.

Os diálogos formativos com os sujeitos da pesquisa ocorridos nos momentos de AC (Atividades Complementares) se constituíram em dispositivos de produção dos dados, com a finalidade de promover a reflexão crítica, formativa e participativa desses a respeito da centralidade da questão étnico-racial no cotidiano escolar. Com isso, buscou-se compreender o papel estratégico da coordenação pedagógica na articulação de um ambiente escolar dialógico, afirmativo, emancipatório, propício às práticas educativas antirracistas, com sugestões e caminhos possíveis sugeridos mais adiante no texto.

APONTAMENTOS PARA A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Nesta seção, serão apresentados os apontamentos que surgiram como resultados da pesquisa, sem a pretensão de dar respostas para a complexidade do campo de conhecimento das relações étnico-raciais no cotidiano escolar. Interessa aqui destacar que todas as reflexões estão pautadas por documentos referenciais associados aos relatos obtidos nos encontros formativos com os sujeitos da investigação-ação-colaborativa.

Nesse lócus estudado, constatou-se que, apesar da estrutura física precária, as crianças estão sempre presentes na escola, com uma alegria barulhenta, com um olhar curioso e brilhante, com tantas perguntas e olhares contagiantes. Observou-se a alegria e esperança de todos os participantes do estudo ao encontrar profissionais comprometidos mesmo diante de tantos desafios, com energia vital para produzir um cotidiano escolar vivo e pulsante, sem cair no desânimo.

Vale destacar, ainda, que constituíram achados de pesquisa documental, dentre outros já citados, documentos como: Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, Referenciais Municipais da Educação de Salvador, Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Tais documentos também foram

utilizados no processo de discussão desse estudo, referenciando os apontamentos a seguir voltados às coordenadoras e aos coordenadores pedagógicos.

a. O Caminho se faz caminhando: Inexistência de receitas prontas

Desenvolver práticas centradas no campo de conhecimento étnico-racial requer tempo e abertura para formar-se e arriscar-se a experimentar ações próprias de cada ambiente escolar, reconhecendo a diversidade dos contextos e dos sujeitos que compõem cada comunidade. Por isso, deve-se dialogar permanentemente com cada educador(a), buscando sensibilizá-lo(a) para o enfrentamento dessa temática. Muitas vezes, tais profissionais são frutos de um processo formativo inicial colonial, resultante de epistemicídios que negaram e subalternizaram, por meio de estigmas, os conhecimentos de povos e culturas africanos, afro-brasileiros e indígenas.

b. Disposição à escuta e ao movimento de construção dialogada - relacionamento interpessoal

A escuta é uma habilidade que se aprende. Escutar pressupõe se colocar no lugar do(a) outro(a) de maneira que se abra um canal de comunicação e interlocução, mesmo em meio às diferenças de percepções e práticas. O/a coordenador/a pedagógico/a necessita, desde as funções que lhe cabe, ter uma escuta atenta ao professor e à professora, além da escuta dos/as estudantes, mantendo uma condução profissional, amorosa, respeitosa e sensível com seus pares, pois sem eles não será possível realizar o trabalho no fluxo desejado. Constatou-se na pesquisa que os professores e professoras criam muitas expectativas em relação à fala da Coordenação Pedagógica, que deve estar embasada em práticas construtivas, humanizantes e emancipatórias. Para isso, é preciso ter ouvidos atentos, escuta amorosa e uma fala que ecoe os sons do respeito e da liberdade.

c. Trabalhar com as possibilidades reais

Os/as profissionais da educação devem saber que são inúmeros os desafios para pôr em prática ações pedagógicas afirmativas e humanizantes, garantindo por meio delas processos de ensino e aprendizagem significativos. Na Rede Municipal de Educação de Salvador não é diferente. Diante dos desafios, constatou-se a possibilidade de usar o potencial criativo dos profissionais de forma a não sucumbir à realidade. Com isso, torna-se fundamental assumir um compromisso ético e político com a prática educativa libertadora, atentando para o lugar de importância do/a coordenador/a pedagógico/a em uma rede de educação que, inclusive, carece de profissionais.

Destacamos que a escolha das aprendizagens, a definição de objetivos por trimestre, os conteúdos selecionados e as atividades a serem desenvolvidas compõem o processo contínuo de acompanhamento e formação que cabe à Coordenação Pedagógica promover e avaliar. O Plano Trimestral é um instrumento técnico, e nele não cabem todas as vivências, experiências, os fazeres e as intervenções que ocorrem dia a dia no chão da escola. Porém, o referido Plano deve expressar a intencionalidade pedagógica de maneira articulada e alinhada. É preciso destinar tempo para a elaboração do planejamento. Pode parecer um conteúdo superado, mas é necessário. Nessa empreitada, é preciso saber dos limites, saber que há "buracos" que não serão possíveis serem "tapados". Exemplo disso é a ausência de professor/a.

Dessa forma, constata-se a importância e necessidade dos momentos coletivos para o fazer pedagógico que envolve a formação, o planejamento, alinhamento, a avaliação e troca entre os profissionais. No entanto, esse desafio está presente no cotidiano escolar com suas complexidades, por isso os(as) coordenadores(as) devem trabalhar a partir do factível, valorizando os pequenos tempos, como os de AC - Atividade Complementar –, atribuindo-lhes um sentido formativo às conversas, aos diálogos e à troca com as/os professoras/es.

A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: O PEDAGÓGICO COMO CENTRALIDADE DA AÇÃO EDUCATIVA

Assumir a centralidade da questão étnico-racial requer algumas exigências. Uma delas é a necessidade de revisitar-se, de olhar para si, de falar sobre si, de ter sensibilidade e empatia frente aos colegas e estudantes. Uma das funções primordiais da educação é formar cidadãos e cidadãs que, nessa rede, são as crianças negras, geralmente com cidadanias mutiladas⁵ na saúde, na assistência social, na moradia, no transporte, no consumo, na segurança pública e em outras dimensões da reprodução social. Reitero que o papel da coordenação pedagógica é de articulação das aprendizagens.

Dentro do campo de conhecimento sobre as questões étnico-raciais, há milhões de possibilidades a serem exploradas. Há a necessidade de trabalhar a História da África como conteúdo indispensável, sem o qual não há uma compreensão do pertencimento e da identidade negra.

Deve-se, ainda, reconhecer, respeitar, valorizar e visibilizar a produção do conhecimento dos povos africanos, para que as crianças saibam que sua história não começa com a escravidão. Situar a África enquanto Berço da Humanidade significa revelar aos estudantes uma diversidade de produção e conhecimentos tecnológicos ancestrais que ainda hoje estão presentes no Brasil por meio da música, da literatura, da gastronomia, da arquitetura, da ciência e da religião. Torna-se imperativo deslocar o olhar da invisibilidade para afirmar positivamente as crianças negras, descendentes de africanos e africanas, para que se percebam enquanto seres potentes, produtores de conhecimento e portadores de uma herança que construiu a história e cultura desse país e da humanidade. A questão étnico-racial, portanto, deve ser tratada de maneira interdisciplinar e permanente, durante todo o ano e em todos os eixos/componentes curriculares.

Diante dessa busca constante, são apontados a seguir alguns elementos que articulam alfabetização e relações étnico-raciais, tendo em vista a vivência no âmbito da rede municipal de ensino de Salvador, abrindo caminhos para uma política educacional dialogizante e antirracista, tendo em vista o envolvimento dos distintos sujeitos no viés educacional e a figura do (a) coordenador (a) pedagógico como fundamental articuladora, mediadora desses processos:

- . Cuidado ao compor o ambiente alfabetizador, ao selecionar as figuras e gravuras, já que os espaços escolares e os elementos que são dispostos revelam como enxergamos as crianças da nossa unidade escolar;

- . Selecione o acervo literário da unidade escolar, refletindo, em conjunto com os/as professores/as, as narrativas presentes no livro;

- . Selecione literaturas em que os personagens negros e indígenas apareçam como protagonistas;
- . Selecione músicas, vídeos, filmes e documentários, criando um acervo que possa ser disponibilizado;
- . Articule, a partir da literatura, uma aproximação das crianças ao Continente Africano e à diversidade existente;
- . Desenvolva atividades de valorização da família, respeitando-a perante as crianças, para que também valorizem sua origem;
- . Trabalhe o significado do nome da criança: quem escolheu, porque escolheu, qual sentido e afeto esse nome carrega (ainda que não seja de origem africana ou indígena); é importante, ainda, chamar as crianças pelo nome, não aceitando o uso de apelidos pejorativos;
- . Possibilite às crianças expressarem e nomearem seus sentimentos e suas emoções;
- . Desenvolva diversas atividades para que as crianças, aos poucos, possam identificar-se, autodeclarar a partir de um processo de construção de sua identidade;
- . Trabalhe as características físicas, tipo de cabelo, estrutura corporal, altura, peso, usando o espelho e ajudando as crianças a falarem a respeito delas, o que gostam, o que sabem fazer, suas potencialidades;
- . Possibilite às crianças o acesso a fotografias, imagens de diferentes povos, para que compreendam a diversidade existente no mundo e que existem diferentes forma de ser, diferentes formas de viver, brincar, morar;
- . Sempre que possível, utilizar o Mapa do Brasil, o Mapa do Continente Africano, localizando o lugar e povo sobre o qual estarão estudando e/ou pesquisando;
- . Sempre que possível, convidar pessoas da família ou da comunidade para contarem histórias, valorizando assim o conhecimento e a sabedoria dos mais velhos;
- . Explore com as crianças momentos de contato com a natureza; apresente a elas conhecimentos milenares relacionados à astronomia e como existem povos que ainda hoje utilizam tais conhecimentos para plantar, colher, cuidar da terra, pescar etc.;
- . Priorize brincadeiras, confecção de brinquedos, jogos diversos e de tabuleiro, identificando sempre que possível a origem;
- . Apresente às crianças músicas de diferentes partes do mundo, para que possam apreciar diferentes estilos e gêneros musicais, principalmente dos povos africanos e indígenas;
- . Apresente às crianças canções, palavras, saudações ou expressões em diferentes línguas com suas respectivas traduções (algumas estando disponíveis em plataformas digitais), para que as crianças reconheçam a diversidade linguística do continente africano, bem como de povos indígenas no Brasil;
- . Pesquise e traga para as crianças cidades africanas, seus povos e suas culturas, arquitetura, gastronomia, turismo, dentre outros conhecimentos e curiosidades, desconstruindo assim a imagem negativa da África;
- . Apresente às crianças contribuições de povos africanos e indígenas na construção do Brasil e as tecnologias ainda hoje empregadas: tecelagem, pesca, mineração, construção civil, naval, joalheria, medicina, aromaterapia, fitoterapia (uso das ervas), instrumentos musicais, arquitetura, ciências etc.;

. Construa um alfabeto ilustrado, a partir de nome de povos, nomes de países africanos, cidades africanas, personalidades negras e indígenas;

. Apresente às crianças biografias de personalidades negras e ajude-as a escrever, por meio de desenho ou escrita, sua própria história ou de algum familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Coordenação Pedagógica se constitui uma instância estratégica de articulação das práticas educativas reproduzidas no cotidiano escolar pelos seus sujeitos praticantes. Deve-se destacar a importância do papel dos profissionais que atuam nessa função, considerando a necessidade de efetivação de um trabalho permanente com os docentes, que mova não somente os aspectos formativos e metodológicos, mas que perpassa pelos aspectos subjetivos, coletivos e institucionais, uma vez que o racismo é estrutural e fortemente reproduzido no âmbito da sociedade brasileira. Enquanto adultos, tais profissionais devem construir e aplicar ferramentas que ajudem no processo de reconhecimento e formação identitária de crianças negras a partir da autodefinição, autodeclaração e autoconceito positivo e de sua ancestralidade.

Que as coordenadoras e os coordenadores da Rede Municipal de Educação possam reconhecer que sua ação pedagógica e profissional pode fazer a diferença na vida dos estudantes negros e das estudantes negras dessa cidade. Deve-se reconhecer a existência de vários vazios formativos, entretanto deve-se encarar a necessidade de assumir uma postura crítico-reflexiva e criativa diante das adversidades, pondo em prática uma pedagogia antirracista.

Colocar as pessoas negras e suas histórias, sua cultura e seu legado no centro dos processos educativos significa (re) localizar os estudantes negros e as estudantes negras em um lugar de humanidade protagonizante em relação às suas referências culturais, para construir diálogos, direitos e compreensão de mundo. Concretizar esse movimento é um dos grandes desafios dos/das profissionais da educação, pois requer uma postura de pesquisa, desejo e inquietação em relação a tudo que está assentado como verdade. O artigo teve por intuito destacar a importância da temática étnico-racial, ao tempo em que destacou o papel do/da coordenador/a pedagógico/a na Rede Municipal de Salvador.

Artigo recebido em: 27/08/2024

Aprovado para publicação em: 04/12/2024

EDUCATION FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS: BRIEF NOTES FOR PEDAGOGICAL COORDINATION

ABSTRACT: This article presents results of research carried out within the scope of the Professional Master's Program in Management and Technologies Applied to Education (GESTEC) at the State University of Bahia (UNEB), between the years 2022 and 2023, in the city of Salvador-Ba. The objective of the collaborative action-research, woven with subjects practicing daily school life in the Municipal Education Network (RME), was to describe the strategic role of the Pedagogical Coordination in articulating anti-racist educational practices based on pluriversity, dialogicity and

SANTOS, C. L. N. dos; SOUZA, E. da C.

transversality, as an ethical commitment-political co-responsibility and engagement of a school community. To this end, this study reveals, based on a qualitative approach and the use of devices such as bibliographical and documentary research and training dialogues, possibilities and notes for pedagogical intervention for pedagogical coordinators, aiming at the implementation of Law 10,639 /03 and Law 11,645/08 in formal learning spaces/times in the field of Basic Education.

KEYWORDS: Pedagogical Coordination. Education for Ethnic-Racial Relations. Law 10.639/2003/ Law 11.645/08.

EDUCACIÓN PARA LAS RELACIONES ÉTNICO-RACIALES: BREVES APUNTES PARA LA COORDINACIÓN PEDAGÓGICA

RESUMEN: Este artículo presenta resultados de una investigación realizada en el ámbito de la Maestría Profesional en Gestión y Tecnologías Aplicadas a la Educación (GESTEC) de la Universidad Estadual de Bahía (UNEB), entre los años 2022 y 2023, en la ciudad de Salvador-Ba. El objetivo de la investigación-acción colaborativa, tejida con sujetos que practican el cotidiano escolar en la Red Educativa Municipal (RME), fue describir el papel estratégico de la Coordinación Pedagógica en la articulación de prácticas educativas antirracistas basadas en la pluriversidad, la dialogicidad y la transversalidad como compromiso ético-corresponsabilidad política y compromiso de una comunidad escolar. Para ello, este estudio revela, a partir de un enfoque cualitativo y el uso de dispositivos como la investigación bibliográfica y documental y los diálogos de formación, posibilidades y notas de intervención pedagógica para los coordinadores pedagógicos, con vistas a la implementación de las Leyes 10.639/03 y 11.645 /08 en espacios/tiempos formales de aprendizaje en el ámbito de la Educación Básica.

PALABRAS CLAVE: Coordinación Pedagógica. Educación para las Relaciones Étnico-Raciales. Ley 10.639/2003/ Ley 11.645/08.

NOTAS

1- Projeto de Pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética sob nº 61076622.0.0000.0057.

2- Para Alves (1997, p. 257, grifos da autora), “[...] há um modo de fazer e de criar conhecimentos no cotidiano, diferente daquele aprendido, na modernidade, especialmente, e não só, com a ciência. [...] para poder estudar estes modos diferentes e variados de *fazer/pensar*, nos quais se misturam agir, dizer, criar e lembrar, em um movimento que denomino *prática/teoria/prática*, é preciso que me dedique [...] a questionar os caminhos já sabidos e a indicar a possibilidade de traçar novos caminhos [...]”.

3- Portal da Educação – Prefeitura de Salvador. Disponível em: <http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/portal/index2.php> Acesso em: 20 mar. 2023.

4- De acordo com Ibiapina (2008, p.15 *apud* Cavalcanti, 2023, p. 237), “[...] a investigação-ação [colaborativa] emancipatória como prática social empreendida pelos/as pesquisadores/as e professores/as com o objetivo de melhorar ou modificar a compreensão de determinada realidade e as condições materiais nas quais o trabalho docente é realizado. Como etapas do caráter emancipatório são elencadas as seguintes ações: 1) planificação; 2) ação de intervenção e de teorização; 3) reconstrução da prática. Ademais, como condições da pesquisa-ação nesses moldes, considerem-se os seguintes aspectos: a) a colaboração; b) os círculos reflexivos; c) a coprodução de

conhecimentos entre pesquisadores e professores. Logo, a investigação-ação colaborativa considera os seguintes aspectos: “a) o estudo é desencadeado a partir de determinada prática social suscetível de melhoria; b) é realizado levando-se em consideração a espiral de planejamento, ação, observação, reflexão, nova ação; c) é desenvolvido, preferencialmente, de forma colaborativa. A partir dessa visão, pode-se contemplar o caráter emancipatório e político [...]” (Cavalcanti, 2023, p. 236) de tal empreendimento.

5- SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: O preconceito. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Imprensa Oficial do Estado, 1997.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. A necessidade de orientação coletiva nos estudos sobre o cotidiano: duas experiências. In: GARCIA, Regina Leite; ALVES, Nilda. **A bússola do escrever**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 13 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **CNE/CP 003/2004, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, MEC/SECAD, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília. SECAD, 2010.

CARMO, E. F. B. M. do. **História e cultura da África nos anos iniciais do ensino fundamental**: os Adinkra. Artegraf, 2017.

CAVALCANTI, R. J. de S. Resenha. **Verbum**, v. 12, n. 1, p. 236-240, mai. 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/60483/42250>. Acesso em: 20 mai. 2024.

FERREIRA, T. de S. **Alfabetização em perspectiva étnico-racial**. Entrevista concedida em disciplina Alfabetização e letramento - Curso de Pedagogia UFBA, 2021.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: Uma breve discussão. 2005.

SANTOS, C. L. N. dos; SOUZA, E. da C.

GOMES, N. L.; ARAÚJO, M. (org.). **Infâncias negras: vivências e lutas por uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2023

GOMES, N. L. In: MUNANGA, K. (Org). **Superando o Racismo na Escola**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Edições MEC, Brasília, 2005.

IBGE. Censo 2010 Salvador. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/pesquisa/23/24304?detalhes=true> . Acesso em: 01 ago. 2024.

LIBÂNEO, J.C. **Práticas de organização e gestão da escola: Objetivos e formas de funcionamento a serviço da aprendizagem de professores e alunos**. Texto organizado para uso dos diretores de escola e 2015.

LIMA, C. S. de. **Teoria da Afrocentricidade e educação: um olhar afrocentrado para a educação do povo negro**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39245>. Acesso em: 23 mai. 2024.

MUNANGA, K.. **Superando o Racismo na Escola**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Edições MEC, Brasília, 2005.

RAMOS, D. K.; WATERKEMPER, S. R. H. O coordenador pedagógico e as relações interpessoais no contexto escolar: entre percepções e ações. **Dialogia**, São Paulo, n. 17, p. 159-171, jan./jun. 2013

SALVADOR. **Coordenador pedagógico: caminhos, desafios e aprendizagens para a prática educativa**. Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Avante Educação e Mobilização Social. Salvador, 2012. Disponível em: http://casacivil.salvador.ba.gov.br/images/Licitacoes/ANEXO_3_TDR_003.pdf . Acesso em: 01 maio 2024

SALVADOR. **Lei complementar nº 36, de 30 de abril de 2004**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-complementar/2004/4/36/lei-complementar-n-36-2004-dispoe-sobre-o-estatuto-dos-servidores-do-magisterio-publico-do-municipio-do-salvador>. Acesso em: 24 maio 2024.

SALVADOR. **Referenciais Curriculares Municipal para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Salvador, 2018. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/nossa-rede/>. Acesso em: 23 maio 2024.

SANTOS, C. L. N. dos; DANTAS, T. R. Processos de Afrobetização e Letramento de (Re)Existências na Educação de Jovens e Adultos. **Educação & Realidade**, 45(1), 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/9665>. Acesso em: 23 maio 2024.

SANTOS, M. A. dos. Pequenas Mahins: culturas infantis das meninas negras na Escola Comunitária Luiza Mahin em Salvador, Bahia. **Tese de doutorado** apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2024. 285 f. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/39744/1/MARTA%20%20FINAL%2001.08.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2024.

SÃO PEDRO, J. B. de; SANTOS, C. L. N. dos. Relações étnico-raciais na educação de jovens e adultos: uma análise das práticas pedagógicas à luz da lei nº 10.639/2003 nas escolas de ensino fundamental do município de CAIRU-BA. In: **Anais do VI Encontro Internacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos**. Salvador (BA). Universidade do Estado da Bahia, 2019.

SEI. **Bahia é o estado mais negro do Brasil, com 80,8% da população preta ou parda**. 2023. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4013:bahia-e-o-estado-mais-negro-do-brasil-com-80-8-da-populacao-preta-ou-parda&catid=8&Itemid=565&lang=pt. Acesso em: 10 dez. 2024.

SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade**. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

TEODORO, C.. Prefácio. In: GOMES, N. L.; ARAÚJO, M. de. **Infâncias negras: vivências e lutas por uma vida justa**. Ed. Vozes, 2023.

UNICEF; FMCSV; Undime. **Desigualdades na garantia do direito à pré-escola**. 2022.

CARLA LIANE NASCIMENTO DOS SANTOS: Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3964-5802>.
Email: clnsantos@uneb.br.

ELIECILDA DA CONCEIÇÃO SOUZA: Mestre em Educação pelo Programa de Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação e coordenadora pedagógica da Rede Municipal de Salvador.
Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-9275-8681>.
Email: eliecildasouza@educacaosalvador.net.

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).